

CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES DE SÃO PAULO
ARQUITETURA E URBANISMO

MULHER E MORADIA: RELAÇÃO COM O MOVIMENTO DE MORADIA

Orientanda: Vitória Moreno da Silva

Orientadora: Débora Sanches e coorientadora Aline Nasralla Regino

RESUMO

Este artigo aborda a atuação das mulheres mediante ao movimento de moradia tendo como princípio norteador e transformador, o reconhecimento dos direitos à cidade e habitação digna. Assim, traça-se o papel da mulher como protagonista, configurando-as enquanto sujeitos atuantes na busca pela implementação destas políticas públicas. A pesquisa foi realizada a partir de uma análise histórica da Reforma Urbana brasileira, na busca da compreensão referente ao cenário de atuação em que os movimentos de moradia ressurgem, compreendendo os conceitos pautados por eles e através dos apontamentos de dados, foi possível realizar uma reflexão pontuando a desigualdade de gênero mediante ao direito habitacional do indivíduo.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres; direito à cidade; movimento social; moradia.

ABSTRACT

This article addresses the role of women through the housing movement, with the guiding and transforming principle, the recognition of the rights to the city, and decent housing. Thus, the role of women as a protagonist is outlined, configuring them as active subjects in the search for the implementation of these public policies. The research was carried out from a historical analysis of the Brazilian Urban Reform, in the search for understanding regarding the scenario of action in which the housing movements reappear, understanding the concepts guided by them and through the data notes, it was possible to carry out a reflection punctuating gender inequality through the individual's housing right.

KEYWORDS: women; right to the city; social movements; housing.

INTRODUÇÃO

A crescente atuação das mulheres nos espaços da sociedade onde até então historicamente, e culturalmente eram dominados pelos homens, que sempre tiveram destaque na vida pública, enquanto as mulheres estavam destinadas à vida privada, em que ainda na atualidade expressam uma profunda disparidade no setor trabalhista, econômico, social e até mesmo em relação à garantia dos direitos.

No espaço privado a conotação de casa claramente é diferenciada em relação ao gênero, pois a construção social do ambiente doméstico, as tarefas de manutenção e zelo pelo lar, crianças, idosos e enfermos é de responsabilidade da mulher, mesmo que essa atue no mercado de trabalho, até hoje assolam a vida cotidiana das mulheres. Ainda, vale apontar que por mais que este ambiente seja tido como feminino, é nele que as mulheres também mais sofrem em relação aos homens, segundo dados do Mapa de violência (2015) Homicídio de mulheres no Brasil, 27,1% é vítima de agressão no domicílio, enquanto os homens registram somente 10,1% dos casos.

Outro problema é a questão de acesso à moradia adequada, tendo em vista que, no Brasil este processo de defasagem e transgressão deste direito básico perpetua ao longo da história, e devido a disparidade entre a situação dos homens e mulheres, a violação desse direito tem efeitos diretamente ligados a situação de vulnerabilidade, principalmente, em relação as mulheres negras, que se encontram a margem da sociedade brasileira.

O espaço público vem sendo um lugar de conquista recente pelas mulheres, neste processo a cidade também é um direito a ser adquirido, pois esta é marcada pela segregação de classe, raça e gênero. Com a contextualização do processo da reforma urbana e da habitação social brasileira é possível compreender as pautas reivindicatórias pelos movimentos de moradia e como a apresentação dessas políticas são importantes para desconstrução da situação atual das mulheres.

1. REFORMA URBANA E HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

O início do século XX é marcado pelo processo de industrialização em massa e urbanização das cidades, o escoamento populacional do meio rural para as áreas centrais em busca de emprego, levou a expansão rápida e desenfreada do que hoje conhecemos como metrópoles. O cenário precário das cidades brasileiras sempre sofreu com a escassez de políticas urbanas e habitacionais.

No Brasil destaca-se a região sudeste, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, em que o cenário era de forte recebimento populacional de imigração estrangeira, dado que o contexto de Segunda Guerra Mundial, o mercado imobiliário passa a ser valorizado como investimento para reserva de valor (Bonduki, 1994).

São Paulo, sobretudo, sediando a economia cafeeira e recebendo um fluxo migratório intenso (a população da cidade cresceu de 40 000 habitantes em 1886 para 260 000 em 1900 e 580 000 em 1920), apresentava um superdinâmico processo imobiliário, com forte expansão urbana e uma hipervalorização de glebas, terrenos e prédios. Em poucos anos, chácaras de características eminentemente rurais eram loteadas e transformadas em zona urbana, fortemente ocupada. Assim, além da rentabilidade da locação habitacional, o investimento imobiliário garantia não só uma reserva de valor, como um intenso processo de valorização (BONDUKI, 1982 *apud* BONDUKI, 1994, p.713).

Segundo Bonduki (2018) no início do século XX as casas de aluguel eram tipologia majoritária nas cidades, essas residências representavam fonte de renda para poucos investidores, e uma grande maioria pagava aluguel para morar e não existia nenhum tipo de regulamentação, deixando os inquilinos a mercê das intenções do locatário. A Lei de 1942 regulamentava esta relação, aplicando congelamento dos valores dos alugueis entre 1942 e 1964, sendo de extrema valia, pois na época o gasto com moradia representava 30% da renda da população, tendo as necessidades básicas muitas vezes ultrapassando o custo gasto com habitação.

Porém a Lei de 1942 foi relapsa em regulamentar de forma mais pontual a questão do despejo, que passou ser um instrumento dos locatários para expulsar os inquilinos e alugar para outros por um valor mais alto.

Bonduki (1994) afirma que mediante a este cenário, tanto a população migrante como a que passou pelo processo de despejo, encontraram como saída a autoconstrução de suas moradias nas periferias das áreas consolidadas das cidades brasileiras. Com o congelamento dos alugueis e o crescimento das habitações autoconstruídas na cidade informal, o investimento privado em casas de alugueis passa a ser cada vez mais desinteressante e mediante a essa lacuna entre investimentos habitacionais e demanda que o governos populares criam duas instituições que foram o berço de conjuntos habitacionais de larga escala voltados a habitação social, o Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), fundado em 1937, e seguido pela Fundação da Casa Popular (FCP), em 1946. A diferença entre ambas era marcante, o IAP buscava primordialmente garantir aposentadoria e pensões aos associados e o FCP produzir moradia para a população de baixa renda.

Após a lei do inquilinato em 1942 até o Golpe Militar em 1964, pouco foi implementado em prol de políticas habitacionais. Cabe destacar que muitas ideias referentes a reformas de base foram estudadas durante a gestão do governo João Goulart

(1961-1964), ato que registrado com o Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU) realizado entre 24 a 31 de julho de 1963. O evento que juntou profissionais e pesquisadores de diversas áreas, ocorreu em duas partes, sendo a primeira em Petrópolis (RJ) e a segunda em São Paulo (SP) apresentados como temas principais a condições habitacionais brasileira; habitação e aglomerado urbano; execução de programas urbanísticos, habitacionais e reforma urbana.

O sentido que temos do conceito de reforma urbana é amplo, relacionado às tentativas de regulamentar normas e intervenções urbanas visando garantir o direito à cidade e à habitação, na perspectiva de fazer valer a função social da propriedade e de limitar o direito absoluto de propriedade (BONDUKI, 2018 p. 09)

O seminário que colocou em pauta as questões habitacionais e urbanas da época, conclui que exista a necessidade de políticas voltadas para suprir a demanda de habitação de interesse social, podendo inclusive contar com participação do setor privado, ressaltando que é de total responsabilidade do governo e para implantação destas políticas é necessário uma reforma urbana e agrária. Ainda acrescenta que a participação da população em programas de desenvolvimento de comunidades é de grande importância para a conscientização popular sobre a problemática habitacional, podendo contribuir para seu enfrentamento. No entanto, as principais ideias e expressões como “reforma urbana” apresentadas pelo SHRU, seriam censuradas no ano seguinte com o golpe militar e a implementação do governo autoritário, afirma Bonduki (2018)

Em agosto de 1964, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), programa que vinha sendo estudado a pouco mais de uma década, fruto do segundo mandato de Vargas, a ação foi baseada em um Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e foi neste período que o FCP foi transformado em Serfhaui (Serviço Federal da habitação e urbanismo), com programas voltados a criação de políticas de planejamento urbano com administração dos municípios.

Em busca de afastar ideias progressistas, o governo passa a investir em afastamento populacional de áreas públicas, exaltando a ordem, disciplina e principalmente o trabalho, por isso a construção da visão e validação só é obtida quando se adquirir a propriedade privada, que poderia ser alcançada pelo financiamento habitacional (BNH) (Bonduki, 2018; Schwartz, 2019).

Mas vale insistir nos significados simbólicos da moradia. Lar, privacidade. Sobre a casa própria se ilumina o imaginário da disciplina e do sucesso, enquanto sobre os cortiços despenca a pecha de uma pobreza a qual recebe a culpa pelo fracasso e que precisa viver amontado, onde se misturam sexos e idades. Tidos e havidos como locais que favorecem hábitos duvidosos, brigas e desorganização familiar, espaço de promiscuidade, as habitações coletivas, com seus múltiplos e congestionados cubículos, são particularmente estigmatizados como locais de imoralidade, e daí o passo para suspeição de vício e até criminalidade. (TELLES, 1990 apud KOWARICK, 1991, p. 06)

O investimento e incentivo a programas de moradia pelo BNH só acabou por contemplar a classe média, agravando assim cada vez mais o déficit de habitação de interesse social e piorando a situação da expansão periférica urbana. Segundo Lucchese e Rossetto (2018) de acordo com dados da PNDA (Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio) durante o governo militar, a população de baixa renda atingia 25,6% da população, sendo que 88,9% carecia de moradia.

Lucchese e Rossetto (2018) afirmam, que no fim do governo militar a crise urbana e econômica já tinha tomado proporções enormes e desencadeou cada vez mais o descontentamento populacional, despertando o retorno da luta dos movimentos sociais e articulações de resistência ao regime, levando de forma gradativa ao enfraquecimento do governo. Destacasse as Comunidades de Eclesiais de Base (CEBs), ligadas a Igreja Católica, auxiliaram na organização de movimentos dentre eles o de transportes, favelados, pelo direito real de uso da terra, pela saúde nos centros e postos comunitários de saúde, por vagas nas escolas etc.

Não é de estranhar, portanto, que nesse quadro dramático, de tantas carências sociais (habitação, saúde, transporte, educação...) nascessem e proliferassem os chamados movimentos populares urbanos, formando uma extensa rede de reuniões e assembleias no cinturão pobre das cidades brasileiras, decodificando as causas da miséria coletiva e do abandono desses bairros para, num segundo momento, exigir do Estado o atendimento de suas necessidades comuns, o respeito aos direitos coletivos e o reconhecimento da condição de cidadãos. (FECCHIO e MARICATO, 1992 p. 26)

Os anos entre 1980 e 1990 foram marcados pelo fim da ditadura militar, destacando as atuações dos movimentos sociais em busca de reivindicar uma nova legislação com políticas públicas, entre elas pautas como a democratização do acesso à moradia e do direito à cidade. Segundo Bonduki (2018), nesse período devido à crise financeira, o aumento da taxa de desemprego e a queda salarial, a questão habitacional começa a se agravar ainda mais, com o aumento de despejos e expansão das favelas, as ocupações

coletivas de terrenos ociosos são intensificadas, estas sendo advindos dos movimentos sem-terra.

Em 1987, a União dos Movimentos de Moradia (UMM) se consolida, desenvolvendo a função de unificação e orientação das reivindicações das entidades de moradia regionais, estaduais e até nacionais. Esta, segundo Schwartz (2019), apesar dos esforços de ampliar as ações coletivas, sua representatividade nas mobilizações e negociações não eram unânimes entre todos movimentos populares organizados, pois alguns possuíam divergência com certos projetos e pautas.

Entretanto, mediante as discussões sobre a configuração da nova Constituição Federal Brasileira, por iniciativa da UMM caravanas começaram a ser organizadas e mobilizadas em direção a Brasília, para a reivindicação e consolidação de projetos de lei de iniciativas popular, com a criação do Fundo de Moradia Popular (FMP), lei que só foi aprovada em junho 2005, tinha como princípio a viabilização de produção ou melhoria de propriedades para famílias de baixa renda, através de um compilado de recursos onerosos e subsídios. Segundo Maricato (1992), em busca de assegurar a administração os recursos financeiros de forma democrática, através de conselhos gestores, o projeto ainda possibilitou reunir os principais movimentos de moradia e reforma urbana do país.

Com a inclusão do direito à moradia artigo 6º na Constituição Federal Brasileira de 1998, e na agenda Habitat II¹, os movimentos sociais com suas articulações, pautas e reivindicações se tornavam cada vez mais marcantes no cenário político social.

Essa movimentação fazia com que, por meio da experiência acumulativa ou da repetição histórica dos padrões de comportamento, esses sujeitos históricos tomassem a consciência do “direito a ter direito” (THOMPSON, 1987 apud SCHWARTZ, 2019 n.p.)

As lutas sociais reacionárias as injustiças, escassez e carências dos direitos básicos, são o que confere ciclos aos movimentos sociais, segundo Gohn (2000), a autora discorre que os movimentos sociais, são ações que politizam as reivindicações, produzem processos sociopolíticos que definem a identidade coletiva do movimento em questão, identidade esta que é formada pela base de valores culturais e políticos compartilhados.

Os fatores carências, legitimidade da demanda, poder político das bases, cenário conjuntural do país darão a força social de um

¹ Habitat II foi uma agenda idealizada pela Conferência da ONU realizada em Istambul, em 1996

movimento, gerando o campo de forças do movimento social e uma dada cultura política. (GOHN, 2000 p.13)

2. DIREITO À CIDADE E HABITAÇÃO

Para Harvey (2012) o processo de urbanização é derivado de um fenômeno de classe, devido as cidades serem frutos de concentração social e geográfica de toda a produção excedente do mercado, sendo assim, todo o excesso é advindo de algum lugar ou alguém, tendo sua distribuição controlada por poucas pessoas. E para o autor é na dinâmica de “Os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta, por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia” (2012, p.74) é que a urbanização, dependente desta mobilização da produção excedente, se atrela a acúmulo de capital.

Não há como negar a cidade como exteriorização do elemento humano e eterna criação e recriação do homem acerca do seu próprio papel na sociedade. Melhor dizendo, a cidade é o desejo materializado do homem enquanto parte de uma sociedade que também deseja se materializar no mesmo ambiente. (BATTAUS E OLIVEIRA, 2016 p. 93)

O processo de urbanização no Brasil é caracterizado desde suas primícias pela junção de ações de exclusão social e de segregação espacial, isto advindo de fatores como “as dinâmicas formais e informais do mercado de terras, a centralização político-institucional, o autoritarismo político-social, a burocratização político-administrativa e a corrupção endêmica.” conforme disserta Fernandes (2012, p.18).

A compreensão das articulações que levaram ao estopim das reivindicações populacionais, devido ao longo processo de abstenção de políticas públicas voltadas a habitação e a população de baixa renda, que agravaram problemáticas do acesso a propriedade é apresentado Kowarick (1991), através do conceito de espoliação urbana que parte do prelúdio da carência do acesso a serviços de consumo coletivo, que com o acesso à terra e/ou habitação, são necessários socialmente para a reprodução dos trabalhadores.

Neste sentido, a espoliação urbana só pode ser entendida como produção histórica que, ao se alimentar de um sentimento coletivo de exclusão, produz uma percepção de algo – em material ou cultural – está faltando e é socialmente necessário. Desta forma, a noção contém a ideia de que o processo espoliativo resulta de uma somatória de extorsões, isto é, retirar ou deixar de fornecer a um grupo, categoria ou classe o que estes consideram como direitos seus. Não na acepção

propriamente de legislação positiva, mas no sentido de uma percepção coletiva segundo a qual existe legitimidade na reivindicação por um benefício e que sua negação constitui injustiça, indignidade, carecimento ou imoralidade: o legítimo pode institucionalizar-se e até transformar-se em norma jurídica, o que sem dúvida é fruto de embates e debates políticos extremamente importantes na dinâmica de extensão da cidadania, mas igualmente vital e o lento, oscilante e contraditório, processo de desnaturalização da violência que impregna a banalidade do cotidiano nas metrópoles do subdesenvolvimento industrializado. (KOWARICK, 1991 p. 04)

O apontamento e análise da defasagem ao acesso a propriedade alinha-se com os direitos básicos como a vida, liberdade e igualdade. Estado Liberal colocou o cidadão em situação desprotegida, sem interferência, contra ao estado, conforme afirmam Battaus e Oliveira (2016) que dissertam ser este um dos primeiros apontamentos de feridas que impedem melhores aplicações de instrumentos políticos teoricamente viáveis, como os pautados no Estatuto da Cidade (2001). Outro aspecto analisado, é o contrário do primeiro apontamento, não defender a população do Estado, mas sim o Estado proteger a população. Onde o desenvolvimento econômico e industrial não deveria ter como objetivo final somente seu próprio ganho, mas sim com os ganhos e influências sobre o meio que está inserido, sendo assim, destinando os direitos aos bens e vertentes como sociais, trabalhistas e educacionais. A última análise descrita é “a inegável lógica de que alguns direitos não pertencem a indivíduos considerados em sua individualidade, mas à sociedade como um todo ou, ao menos, parte dela” Battaus e Oliveira (2016, p.84)

Ora, como se denota dos próprios exemplos mencionados, muitos dos direitos metaindividuais se associam à própria vivência social, de forma a reproduzir qualitativamente a vida em sociedade. Nesse interim, desenvolve-se com lucidez o próprio direito à cidade, associado a um incremento da qualidade de uma vida humana e digna, a valorização do patrimônio cultural e social e até mesmo os novos direitos à moradia e ao transporte público, direitos sociais¹ implantados no artigo 6º de nossa Constituição, respectivamente pelas Emendas nº 26/2000 e nº 90/2015. (BATTAS E OLIVEIRA, 2016, p.85)

O conceito de direito à cidade desenvolvida por Lefebvre em 1968, propõe a cidade como um direito coletivo em que nós como sociedade temos o poder de intervir e transformar nosso meio, direito que engloba em si outros direitos fundamentais para a construção de novos processos de urbanização. (HARVEY, 2012)

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao

habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 2008, p.134).

Contudo, a compreensão de direitos individuais, coletivos e a implementação de políticas públicas voltadas a suprir os direitos que são essenciais, como a habitação, e em muitos aspectos negligenciam as questões de gênero. As discriminações referentes a gênero agravam a problemáticas relacionadas as desigualdades brasileira, como as sociais, políticas e econômicas. “As ações políticas que contemplam as desigualdades de gênero são de maior relevância, principalmente, porque são as mulheres as mais afetadas pela pobreza e sua expectativa de vida é maior do que a dos homens.”, afirma Rosa (2007, p.74)

De acordo com dados do IBGE, que faz um recorte da proporção de famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça da chefe de família, entre os anos 1995 e 2015, os números passaram de 22,9% para 40,5% no Brasil, o que representa o número de 28.614.895 famílias. No entanto, é válido analisar o arranjo familiar que no mesmo intervalo citado, registrou famílias monoparentais (mulher com filhos/as) passar de 68,8% para 40,4%, para o retrato das desigualdades de gênero e raça² (2011) a redução da proporção desse tipo de arranjo familiar insinua uma nova configuração junto aos padrões das famílias e possível autonomia feminina.

Dentre os dados citados ainda é necessário avançar em questões de vulnerabilidade econômica e social. Para Kowarick (1991) o que conjectura alguém como mais ou menos pobre, parte de dois fatores que estão diretamente conectados, o caráter histórico referente ao fator econômico e o fator biológico, que segundo o autor está relacionado as condições de sexo e idade. Ele ainda afirma que a exclusão socioeconômica é agravada pelo trabalho feminino, considerado socialmente como complementar.

Dados de 2009, advindos do IBGE explicitam a situação de maior vulnerabilidade nos domicílios chefiados por mulheres, principalmente negras, onde enquanto famílias chefiadas por homens brancos recebiam em média, R\$997,00, uma família chefiada por mulheres negras tinha em média uma renda de R\$491.

Ao analisar as taxas de participação no mercado de trabalho em 2009 a taxa de 58,9% das mulheres atuavam no mercado de trabalho, porém destacasse que a maiores taxas de

² Pesquisa desenvolvida pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em parceria com a ONU Mulheres, a partir dos dados com indicadores da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

desemprego no mesmo ano eram referente as mulheres, sendo que brancas correspondiam a 9% e negras a 12%, enquanto os homens brancos representavam 5% e negros 7%.

Conforme os apontamentos é possível compreender que as mulheres, em destaque mulheres negras, estão à margem social e conseqüentemente, torna precário os acessos a habitação e moradia de qualidade. Segundo o Plano Nacional de Habitação (2010) a moradia se trata de um bem essencial de aquisição mais cara, para sobrevivência nas cidades.

Mas é preciso ficar claro que reconhecer a ligação social e cultural das mulheres com o espaço doméstico não pode significar um reforço da ideia de que “lugar de mulher é na cozinha” e de que o espaço público do mercado de trabalho, da política e das demais dimensões da vida é exclusivo dos homens. O importante é compreender que a garantia do direito à moradia adequada às mulheres é fundamental para a realização de suas atividades cotidianas e, inclusive, para a promoção da autonomia em todas as áreas de sua vida e para a efetivação de outros direitos. (ONU, 2011, p. 5)

De acordo com a cartilha “Como Fazer Valer o Direito das Mulheres à Moradia?”³, o direito à moradia adequada, tanto rural como urbana, deve englobar sete elementos, segurança da posse, habitabilidade, custo acessível, não discriminação e priorização de grupos vulneráveis, adequação cultural, localização adequada e disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos.

A questão da moradia está atrelada diretamente a atividades desenvolvidas pelas mulheres, apesar da crescente atuação feminina no mercado de trabalho, é necessário pontuar que historicamente as tarefas domésticas e cuidado dos filhos está associado as mulheres, o que acarreta em atividade de jornada tripla de trabalho, sendo assim, as trajetórias das mulheres na cidade também são diferentes dos homens. Dado isto, reforçasse mais o direito à cidade e habitação referente as mulheres (ROSA, 2007).

3. MULHERES EM MOVIMENTO

Como anteriormente citada a UMM foi fundada em 1987 com a finalidade de articular os movimentos de moradias atuantes em favelas, cortiços, sem-teto, mutirões e

³ Cartilha desenvolvida pela Relatoria Especial para o Direito a Moradia, criada em 2000 pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU. A Relatoria desenvolve estudos temáticos relacionados ao direito à moradia em visita a diversos países, e produz estudos e relatórios para ONU.

loteamentos. Suas pautas englobam o direito à moradia, reforma urbana e autogestão⁴, se concretizam em reivindicações e propostas direcionadas para as três esferas governamentais, municipal, estadual e federal. A UMM é fundamental para o encadeamento da União Nacional por Moradia Popular, pois atua em 20 estados brasileiros.

Suas conquistas em seus anos de atuação contam com milhares de moradias construídas em mutirões, diversas favelas urbanizadas e prédios reciclados destinados para habitação, e esteve presente em três edições da Conferência Nacional, Estadual e Municipais das Cidades, onde juntamente a outras entidades de movimento popular assegurou diversas propostas na política de desenvolvimento urbano e participa do Conselho Nacional das Cidades e do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Moradia Popular.

Contudo, as mulheres tem expressiva atuação nos diversos setores do movimento, com representatividade tanto nas áreas de base como nas de coordenação e gestão. Segundo Levy et al.(2013), foi em 2008 que se desenvolveu um grupo com o objetivo de colocar em pauta a participação das mulheres e dos homens dentro da UMM, e elaborar propostas com foco na situação habitacional das mulheres e é neste momento em que a UMM se filia a Rede Internacional Mulher e Habitat.

Enfim, o movimento propõe doravante atividades de formação para as mulheres líderes das organizações. A UMM, que adotou um método de trabalho de acordo com o gênero, implementou ações de capacitação com o objetivo de criar uma reserva de lideranças femininas e membros mulheres. Trata-se de estimular a participação das mulheres nos cargos de poder. Após cinco anos de formação, em colaboração com a MMM e o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), os militantes desse movimento começaram a identificar as diversas formas de discriminação específicas a elas: desigualdade entre homens e mulheres na divisão das tarefas segundo o gênero, violência conjugal e dificuldade em incluir o ponto de vista feminino nas decisões, tanto na esfera doméstica quanto nos movimentos sociais e na esfera pública. (LEVY et al., 2013, p. 325)

De acordo com as autoras, o trabalho desenvolvido é expressivo ao focar nas eleições do comitê de coordenação da UMM no estado de São Paulo que ocorreu em 2011, onde

⁴ “A definição de autogestão na produção habitacional refere-se a ações em que produção de moradia, ou a urbanização de uma área, ocorra com o controle dos recursos públicos e da obra pelos participantes dos movimentos populares, de associações e de cooperativas.” (UNMP, 2019)

48% de mulheres foram eleitas, e até então essa representatividade feminina não tinha passado de 30%. As autoras ainda discorrem sobre representatividade das mulheres em contexto junto a outros movimentos sociais, tendo início nos anos 2000 a conscientização de conectar a reforma urbana com as relações sociais de gênero é dado em dois níveis, sendo eles, em local com o aumento das lideranças femininas nos movimentos, que pode ser atrelado sobre a vinculação das mulheres pobres e a cidade. E o outro é dado em nível nacional com a implementação da secretaria Marcha Mundial das Mulheres (MMM) em São Paulo, que auxilia a mobilização dos movimentos populares com as pautas feministas.

Também em São Paulo, é importante mencionar a aprovação em 2004 do projeto de lei apresentado pelo vereador Nabil Bonduki, com formação em arquitetura e urbanismo e aliado do movimento de moradia, a lei municipal n. 13.770/2004 decreta:

Art. 1º - Os agentes executores dos programas de habitação de interesse social deverão adotar medidas que viabilizem a criação e a capacitação de mão-de-obra feminina, que permitam a inserção da mulher em processos de auto-gestão e de organização comunitária assim como nos processos produtivos das unidades habitacionais, em especial nos sistemas de autoconstrução e mutirão. (SÃO PAULO, 2004)

A Lei apresenta atribuições como, a contemplação de atividades profissionalizantes e assistências a mulher e seus dependentes em equipamentos públicos, a inclusão das mulheres como prioritárias em empreendimentos e financiamentos através de programas habitacional de interesse social, e os contratos devem ser firmados, prioritariamente, no nome da mulher e ainda determina atendimento preferencial para mulheres vítimas da violência, idosas e portadoras de deficiência.

Como apontado na Lei Municipal n. 13.770/2004, uma das grandes problemáticas na habitação para as mulheres é a violência doméstica. Levy et al. (2013) afirma que desde o final da década de 1990, a UMM não tem qualquer tipo de tolerância a violência conjugal, ações como esta acarretam em expulsão do agressor.

Na esfera privada, a participação em atividades comunitárias resulta no questionamento do papel tradicional da mulher na família, inclusive na luta contra a violência doméstica e por igualdade de gênero, compreendendo o cotidiano doméstico de forma crítica.

Na esfera pública, é o reconhecimento e a porta para a participação política, a melhor inserção social de mulheres em processos participativos e comunitários. (UNMP, 2019)

Segundo Helene (2019), a participação nos movimentos de moradia, um fato em comum para homens e mulheres e que acarreta no empoderamento como sujeito político e iniciação no processo de militância. Contudo, na questão da mulher, esse despertar político está atrelado a atuação no espaço público, que historicamente é pertencente ao homem, e a reivindicação por esse lugar de direito da mulher converte em sua autonomia.

Em entrevista realizada por Juliana Almeida (2019) com Maria da Graça Xavier coordenadora da União dos Movimentos de Moradia Nacional e da Rede Mulher e Habitat no Brasil, a jornalista questiona sobre a importância da atuação das mulheres não só no movimento, mas na liderança em cargos de visibilidade:

80% da composição dos movimentos de moradia são mulheres, pois na década de 1980 a base era literalmente quase toda composta por nós mulheres, mas as coordenações executivas eram quase todas compostas por homens, mesmo eles sendo minorias nas bases. Contudo, atualmente esses papéis foram invertidos, pois hoje somos a maioria tanto na base quanto nas coordenações executivas, pela primeira vez após 30 anos somos maioria na coordenação executiva e com um olhar diferenciado para as questões de gênero, fruto de uma grande articulação e formação para que as mulheres assumam de fato uma agenda feminista de empoderamento e protagonismo na construção do direito a uma cidade com inclusão social. (MARIA DA GRAÇA XAVIER, 2019)

A jornalista continua com a indagação sobre importância das mulheres dentro do movimento:

Hoje somos 52% da população brasileira (IBGE) e já estamos no século XXI. É fundamental que as mulheres comecem a assumir papéis estratégicos nas organizações e nos cargos que ocupam como forma de garantir direitos iguais entre homens e mulheres. Sabemos que não será fácil conseguir que mulheres e homens sejam reconhecidos igualitariamente com os mesmos direitos, por isso temos que seguir investindo na formação e conscientização das mulheres para que assim assumamos os postos que ao longo dos anos nos foram negados. (MARIA DA GRAÇA XAVIER, 2019)

Ainda destacasse o relato da Graça, quando questionada sobre se possui alguma história que marcou seus anos no movimento:

Sim. O que sempre me incomodava era o fato de que éramos a maioria nas bases e na coordenação executiva sermos minoria, mas ainda assim éramos nós mulheres que acabávamos reproduzindo a ideologia dos homens. A partir dos anos 2000 foi criado o primeiro setorial de mulheres e investimos na formação das mulheres em parceria com as organizações feministas no estado de São Paulo. Em 2013, criamos a Secretaria de Mulheres da União Nacional por Moradia Popular e

deliberamos a criação das secretarias em todos os estados para investir na formação em parceria com as organizações feministas. Após 30 anos de organização, no 14º Encontro Nacional por Moradia Popular, estamos com 60% de mulheres na coordenação da União Nacional por Moradia Popular. Estou passando por um momento de realização por ter atingido um grande sonho de ter a grande maioria das mulheres nas coordenações ocupando cargos de visibilidade e decisões e com isso me sinto contemplada, pois a concretização deste sonho veio através da minha persistência em buscar parcerias e em todos os outros sentidos, pois hoje se eu me desligar ou me retirar da coordenação terei mulheres aptas para ocupar o meu lugar, pois a semente que plantei anos atrás se reproduz todos os dias. (MARIA DA GRAÇA XAVIER, 2019)

A partir de toda experiência acumulada por décadas, às mulheres da UMM criaram a Secretaria de Mulheres da União Nacional por Moradia Popular que tem por objetivo articular a luta das mulheres, onde a pauta está alicerçada nas lutas como, defesas dos programas habitacionais nas três esferas de governo, a titularidade de posse em nome de mulheres sem teto e chefes de famílias, cotas/subsídios de financiamento diferenciados com garantia de gênero, defesa das mulheres contra qualquer forma de violência doméstica e espaços de formação para mulheres.

Através da secretaria são organizadas rodas de conversas que abordam aspectos de gênero, questões urbanas, moradia dignas nas periferias e nas áreas centrais, com o intuito de ampliar as discussões, formar e engajar as mulheres. Além de organizarem seminários, processos formativos e mobilizadores, Conferências para Articulações Nacionais ou Internacionais, como Marcha Mundial de Mulheres e Rede Mulher e Habitat para pautar os direitos que são negados e para formação cidadã.

Devido ao cenário de pandemia causada pelo Covid-19, a Secretaria de Mulheres junto a Rede Mulher e Habitat, tem atuado de forma em orientar as mulheres vítimas de violência, que em razão ao confinamento estão a mercê de seus agressores. Além das divulgações no site e redes sociais, as instruções dos canais de denúncia e programas de acolhimento, também tem sido abordado em lives, desenvolvidas com objetivo de perpetuar as informações das pautas da secretária, mesmo com a suspensão das rodas de conversas presenciais.

CONCLUSÃO

A pesquisa compreendeu o protagonismo das mulheres dos movimentos de moradia que perpetuam transformações sociais significativas no para o processo de formação e engajamento dos sujeitos políticos que refletem na formação cidadã.

Ao analisarmos os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres, concluímos o quanto é expressivo, quantitativo e de extrema relevância a luta pela conquista de direitos a moradia, desde a base, até na linha de frente, atuando em papéis de direção e gestão.

Mediante ao trabalho de formação e conscientização junto as mulheres, é importante ressaltar que o papel da mulher não pode ser o que socialmente foi lhe imposto, mas considerar o seu direito individual de escolha dentro do espaço social, lugares que foram renegados ao longo da história, assim como, a conquista e garantia de direitos à cidade e moradia.

Por fim, compreendemos que através das atuações político-sociais das mulheres participantes dos movimentos, são explícitos não somente a desigualdade e segregação urbana, mas também a de gênero e raça. Enquanto protagonistas dos movimentos sociais de moradia, estas não possuem o reconhecimento necessários de suas trajetórias, porém a visibilidade é fundamental, pois se tratam de sujeitos transformadores coletivos e individualmente, que expandem o reconhecimento e a luta por direitos básicos, repensam e ocupam novos papéis na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Juliana. **Mulheres em movimento**. 2019. Disponível em: <<http://mulheresemmovimento.ml/index.html>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BATTAUS, Danila M. de Alencar; OLIVEIRA, Emerson Ademir B. de. O Direito à cidade: Urbanização excludente e a política urbana brasileira. **Lua Nova**, São Paulo, n. 97, p. 81-106, abril. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452016000100081&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL. Ministério das Cidades (MCidades). Secretaria Nacional de Habitação (SNH). **Plano Nacional de Habitação (PlanHab)**: planejando o enfrentamento das necessidades habitacionais do país. Brasília: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação, 2008b. Disponível em:

<https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Publicacao_PlanHab_Capa.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

BONDUKI, Nabil; ROSSETTO, Rossella; LUCCHESI, Maria Cecília; SUTTI, Weber (org.). **A luta pela reforma urbana no Brasil**: do seminário de habitação e reforma urbana ao plano diretor de São Paulo. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, vol. 29 n. 127, p. 711-732, set. 1994. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377539C9uKS3pp5Cc74XT8.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

ROSA, Edenilse Pellegrini da. **Gênero e habitação**: participação e percepção feminina na construção de viveres. Mestrado em Sociologia Política. UFSC. Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/89700/241188.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

FECCHIO, Fermínio; MARICATO, Ermínia. A luta pelo direito de morar. **Revista Travessia**. São Paulo: Ed. CEM ano 05, n. 14, p. 25-30, 1992. Disponível em: <https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2012/03/revista_travessia_1992.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

FERNANDES, Edésio. Direito e gestão na construção da cidade democrática no Brasil. **Revista Oculum Ensaios**. Campinas. n. 4, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/783/763>> Acesso em: 29 jun. 2020.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de Lutas Sociais no Brasil: Movimentos Sociais, ONGs e Terceiro Setor. **Revista Mediações**. Londrina, V. 05 n. 01, 2000 25/06. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9194/7788>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, [S.l.], n. 29, p. 73-89, dez. 2012. ISSN 2526-3706. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18497>>. Acesso em: 1º jun. 2020.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, Dec. 2019. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962019000300951&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jul. 2020.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4.ed. Brasília: IPEA. 2011. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 24 de jun. 2020

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/retrato/>>. Acesso em: 24 de jun. 2020

KOWARICK, Lúcio. Cidade e cidadania: cidadão privado e subcidadão público. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 5, n. abr./jul 1991, p. 2-8, 1991. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v05n02/v05n02_01.pdf>. Acesso em: 11 de jul. 2020.

LEVY, C.; LATENDRESSE, A.; MARSAN, M. C. Movimento popular urbano e mulheres no Brasil: uma experiência de feminização das políticas públicas de habitação. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 18, n. 63, p. 310-334, 2013. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/19918/movimento-popular-urbano-e-mulheres-no-brasil--uma-experiencia-de-feminizacao-das-politicas-publicas-de-habitacao/i/pt-br>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

OLIVEIRA, Nathalia. As mulheres e os movimentos dos sem-teto no Brasil: análise das relações sociais de classes e sexos. **Lutas Sociais**, [S.l.], n. 29, p. 144-159, dez. 2012. ISSN 2526-3706. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18503>>. Acesso em: 1º jun. 2020

ROLNIK, R.; Reis, Joyce; SANTOS, M. P.; IACOVINI, R. F. G. **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?** Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada. 2011. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/download/PDF/2011_ONU_Direito_das_Mulheres_a_Moradia.pdf>. Acesso em: 1º ago. 2020

SÃO PAULO. Decreto n. 13.770, de 29 de jan. de 2004. **Dispõe sobre a adoção de medidas pelo Executivo Municipal que priorizem o atendimento da mulher como beneficiária dos programas de Habitação de Interesse Social, São Paulo, SP, jan. 2004.**

SCHWARTZ, Rosana M. P. B. **Mulheres em movimento - movimento de mulheres: a participação feminina na luta pela moradia na cidade de São Paulo**. São Paulo: e-Manuscrito, 2019.

UNMP. **Cartilha de autogestão em habitação**. 1ª edição. São Paulo, 2019

UNMP. **História**. Disponível em: <<https://sp.unmp.org.br>>. Acesso em: 15 de jun. 2020

UNMP. **Secretaria das mulheres**. Disponível em: <<https://sp.unmp.org.br/organizacao-interna/secretarias/secretaria-das-mulheres/>>. Acesso em: 15 de jun. 2020

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. 2015. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf> Acesso em: 1º ago. 2020